



TEOCRACIA, UM CONCEITO BÍBLICO?

Raphael Rocha Quintão¹

RESUMO: Ao estudarmos o Antigo Testamento e a história de Israel, nos deparamos com o tema da Teocracia. Essa forma de governo teria sido vigente durante os anos que antecederam a monarquia unida, e teria sido caracterizado pelo governo direto de Deus sobre o seu povo. Todas as ordens de governo seriam dadas por Deus, em definição, e aplicadas ao povo governado por Ele. O conceito parece distante do texto bíblico. Quando lemos os livros de Josué e Juízes, que teriam sido, em teoria, os tempos da Teocracia, vemos um povo confuso, desorientado e sem lei. O governo direto de Deus sobre o povo, na definição do termo Teocracia, parece ter sido, no mínimo, “frouxo”. As formulações que os teólogos fizeram acerca dessa interpretação judaica do primeiro século parece ter desconsiderado aspectos bíblicos e teológicos relevantes. Não podemos, como cristãos, afirmar que Deus não está no controle da história, em cada mínimo detalhe (Mt 10.29; Pv 19.21). Quando Josefo quis explicar a Apíção como seria o governo de Israel na época do deserto e dos juízes, não passava por ele tal complexidade, mas apenas uma forma simples de explicar a um pagão como era o governo civil daqueles tempos. O desenvolvimento da Teologia e o uso indiscriminado e inadvertido do termo parecem dar uma definição alegórica, fantasiosa e anacrônica. Este artigo tem como objetivo apresentar as discussões sobre a Teocracia, suas definições, seus usos, e uma análise bíblico-teológica de seu sentido, se valendo do método histórico-gramatical.

PALAVRAS-CHAVE: Teocracia; Governo; História de Israel.

¹ O autor é graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2022) e bacharel em Estudos Bíblicos pela Faculdade Internacional de Teologia Reformada (2022). Atualmente é mestrando em Divindade por esta mesma instituição e mestrando na linha de História e Culturas Políticas do Programa de Pós-graduação em História da UFMG. Exerce a função de diácono na Igreja Presbiteriana do Jardim Canadá, em Nova Lima - MG.

1. A TEOCRACIA NA HISTÓRIA

1.1 ETIMOLOGIA

A palavra Teocracia foi criada e utilizada pelo judeu do primeiro século Flávio Josefo. A palavra é grega, θεοκρατία, que é a fusão entre as palavras gregas θεός (Deus) e κρατία (poder), resultando em “governo de Deus”. O próprio Josefo explica o que quis dizer ao cunhar o termo: “nosso legislador não considerou nenhuma dessas formas, mas ordenou que nosso governo fosse o que, por uma expressão forçada, pode ser chamado de teocracia, atribuindo a autoridade e o poder a Deus.”² Na obra *Contra Apião*, Josefo estava contra-argumentando as acusações antissemitas deste estudioso egípcio. Para tanto, o autor exhibe as peculiaridades do povo judeu, apresentando um extenso resumo de sua história.

As obras de Flávio Josefo são muito úteis, tanto para historiadores quanto para teólogos. Josefo registrou seus pensamentos e juízos acerca de muitos temas de seu tempo, permitindo um mapeamento do pensamento judaico do primeiro século, além de registrar muitos fatos históricos que lançam luz sobre momentos da história dos judeus que não teríamos acesso de outras formas. Este judeu estava explicando para o filósofo grego como era a forma de governo dos judeus na época de Moisés. Josefo contextualiza sua explanação: “Agora, há inúmeras diferenças nos costumes e leis particulares que existem entre toda a humanidade, [...] alguns legisladores permitiram que seus governos fossem monárquicos, outros os colocaram em oligarquias e outros em uma forma republicana”.³

Essas formas de governo sintetizam como funcionavam as poleis gregas,⁴ ambiente político e cultural de seu interlocutor. As poleis eram cidades que tinham governos autônomos umas das outras, caracterizados pelos exemplos dados pelo judeu. Muito embora o governo das poleis tenha sido grandemente alterado pela nova dominação romana, a administração municipal tinha muitos poderes no sistema político imperial, fazendo com que essa comparação fosse vívida para Apião. De fato, conforme mostra Josefo, havia grande contraste entre as formas de governo de seu tempo e a ideia de Teocracia. A Teocracia seria a autoridade e o governo do próprio Deus sobre o povo judeu, sem autoridades ou instituições “humanas” como monarquia, república ou aristocracia.

1.2 CONCEITOS

Josefo não definiu estritamente o que queria dizer com o termo Teocracia em seu extenso debate com Apião, mas definiu o rumo das discussões a partir de então. Em consulta a vários dicionários bíblicos, há variedade de respostas sobre

² JOSEFO, Flavius, & WHISTON, W. (1987). *The works of Josephus: complete and unabridged*. Peabody, Massachusetts: Hendrickson, 1987. p. 804.

³ *Ibidem*, p. 804.

⁴ WHITLEY, J. The city, the state and the polis. In: *The Archaeology of Ancient Greece*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 165–194.

o que poderia se definir com o termo. O dicionário da editora Lexham apresenta o conceito: “Teocracia é uma descrição adequada da forma de governo que precedeu a instituição da monarquia israelita”.⁵ Dessa forma, não há conceito de termos, mas uma definição produzida apenas no tempo.

A Teocracia seria aquela forma de governo implantada sobre o povo hebreu imediatamente antes do estabelecimento da monarquia em Israel. Essa definição não deixa claro se o período no deserto poderia ser considerado teocrático, ou também o período da conquista da Terra Prometida. O período dos juízes seria aquele mais adequado para esta definição. Já o dicionário Holman nos apresenta a definição: “forma de governo em que Deus diretamente dá as ordens”.⁶ Aqui temos uma definição da fonte da autoridade e poder na Teocracia. Segundo essa definição, no período citado Deus é quem dava as ordens, ou seja, o governo era exercido diretamente por ele.

O dicionário continua: “como Rei Soberano, Deus pode governar diretamente por meios não mediados, ou pode escolher usar vários mediadores para manifestar seu governo. Em ambos os casos, o próprio Deus é o Governante Soberano”. Assim, a teocracia seria marcada por um governo dado diretamente por Deus ou mediado por pessoas designadas por Ele, os mediadores, em que Deus dá as ordens.

Já o Dicionário de Temas Bíblicos define como “a forma de governo entre os primeiros israelitas em que Deus era seu governante supremo e suas leis eram as leis deles”.⁷ Essa definição nos apresenta a forma de governo, porém não mostra como isso de dava. Em boa hora, diferente dos outros dicionários, este apresenta o povo israelita como sujeito, mostrando que Deus era o seu governante. Essa definição invoca a questão legal, algo que não havia sido tocado pelas anteriores.

O Dicionário Bíblico Unger define como “forma de governo entre os primeiros israelitas em que o SENHOR era reconhecido como supremo governante civil e cujas leis eram consideradas o livro de estatutos do povo”.⁸ O autor enfatiza o período vigorante, a forma de governo e a legalidade. Assim como a definição de Manser, Unger dá destaque aos israelitas, mantendo a autoridade de Deus e a questão das regras civis sendo estabelecidas por ele.

⁵ Theocracy. In: J. D. BARRY, D. BOMAR, D. R. BROWN, et all (Orgs.). *The Lexham Bible Dictionary*. Bellingham, WA: Lexham Press, 2016.

⁶ NORMAN, S. Theocracy. In: C. BRAND, C. DRAPER, et all (Orgs.), *Holman Illustrated Bible Dictionary*. Nashville, Tennessee: Holman Bible Publishers, 2003. p. 1580.

⁷ MANSER, Martin. H. Theocracy. In: *Dictionary of Bible Themes: The Accessible and Comprehensive Tool for Topical Studies*. [s.l.]: Martin Manser, 2009.

⁸ Teocracia. In: UNGER, Merrill. *Dicionário Bíblico Unger*. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017. p. 1265.

Tabela 1 – Conceitos sobre Teocracia

Fonte	Definição de Teocracia	Elementos em Destaque
Josefo	Não há uma definição estrita, mas a ideia de teocracia foi discutida como a forma de governo antes da monarquia israelita.	Definição temporal e histórica.
Lexham Bible Dictionary	"Teocracia é uma descrição adequada da forma de governo que precedeu a instituição da monarquia israelita."	Forma de governo antes da monarquia, indefinição sobre o período específico.
Holman Bible Dictionary	"Forma de governo em que Deus diretamente dá as ordens. Como Rei Soberano, Deus pode governar diretamente ou por mediadores designados por Ele."	Fonte de autoridade: Deus, que governa diretamente ou através de mediadores.
Dicionário de Temas Bíblicos	"Forma de governo entre os primeiros israelitas em que Deus era seu governante supremo e suas leis eram as leis deles."	Governante supremo: Deus; enfoque na legislação divina aplicada ao povo.
Dicionário Bíblico Unger	"Forma de governo entre os primeiros israelitas em que o SENHOR era reconhecido como supremo governante civil e cujas leis eram consideradas o livro de estatutos do povo."	Ênfase na supremacia de Deus como governante civil, e as leis divinas como estatutos civis dos israelitas.

Tendo como objeto de análise as quatro definições apresentadas, há certa confusão quanto à extensão histórica clara da Teocracia em Israel. A única clareza que temos na temporalidade é que ela se finda com o estabelecimento da monarquia unida, mas não temos clareza quanto a seu início no tempo. A autoridade de Deus é consenso entre as definições consultadas, refletindo a própria etimologia cunhada por Josefo. Não podemos desprezar esse aspecto da autoridade e poder de Deus sobre o povo, muito embora a forma exata de como Deus governa não esteja clara nas definições. Exatamente na forma de governo que repousa a maior parte dos questionamentos possíveis: como Deus governa diretamente o seu povo neste período? Qual eram os meios pelos quais isso foi possível? Qual o grau de certeza que podemos ter das ordens de Deus terem sido realmente aplicadas? A última pergunta nos leva a um aspecto importante da definição que só foi trabalhada por duas delas: a lei.

O relacionamento de Israel com a lei é enfatizado, assim como a origem da lei no próprio Deus, mas não temos clareza nas definições quanto a isso. A própria falta desse aspecto em duas das definições mostra que não encontramos consenso nesse ponto. Tendo como aspectos a forma de governo, a temporalidade, a autoridade, os governados e a legalidade, a partir das definições apresentadas, podemos elaborar o seguinte conceito: a Teocracia é a forma de governo que foi vigente entre os hebreus antes do estabelecimento da monarquia unificada em que Deus era o supremo governante sobre o povo, exercendo sua autoridade por diversos meios, em especial por sua lei.

1.3 OS USOS DO TERMO

O termo Teocracia foi utilizado de forma ampla em muitos contextos, aplicado sempre à forma de governo de determinado tempo. A grande parte dos dicionários define a teocracia como sendo uma forma de governo que une o poder político com uma religião.⁹ Historicamente, verificamos que os governos políticos que antecederam a Revolução Francesa e o advento do Iluminismo como sistema de pensamento hegemônico não separavam as esferas política, jurídica, econômica e religiosas em categorias estanques. As sociedades, antes do final do século XVIII, não isolavam a religião da integridade de suas vidas; em outras palavras, não eram secularizadas.

A ciência da religião, para tornar plausível a análise de fenômenos amplos em tempos diversos, cunhou o termo Teocracia como sendo um sistema político em que as ações são tomadas tendo como base as premissas de uma religião.¹⁰ Dessa maneira, o termo grego θεός (Deus), usado para a cunhagem da palavra por Josefo, é expandido (ou usurpado) para qualquer divindade. Ainda, a continuação da palavra, κρατία (poder), é interpretada como forma de governo de um modo histórico, um modo humano.

O arcabouço para a definição das Humanidades é a inexistência de Deus, o que faz com que a religião, seja A ou B, exista apenas como um ente que garante a coesão e forma para a sociedade. Nela não há nada de sagrado ou transcendente, mas a religião, para as Ciências da Religião, é imanente. Por conseguinte, dado a não-secularização das sociedades antigas, adotando esse referencial teórico, podemos considerar quase todos os governos anteriores ao Iluminismo como Teocracias em maior ou menor grau (se não a totalidade).¹¹ Isso, evidentemente, é uma ideia que surge no Iluminismo e que foi animosamente adotada por muitos cristãos. Eles tentaram fazer uma síntese do pensamento “acadêmico” com a religião cristã protestante, o resultado dessa síntese foi o

⁹ Teocracia. In: *Michaellis*: Dicionário Moderno da Língua Portuguesa. Disponível em <<https://michaellis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=teocracia>>. Acesso em 20 de junho de 2023.

¹⁰ DAVIDSON, T. *Theocracy*. 1. ed. Broomall, PA: Mason Crest, 2013. p. 8.

¹¹ *Ibidem*, p. 11.

Liberalismo Teológico.¹² Essa síntese, na prática, se confirmou como uma proposta suicida: a igreja suicidou-se. A pregação vazia de sentido do liberalismo teológico esvaziou as igrejas em que foi adotada.

O uso do sentido amplo da divindade pelas Ciências Humanas, portanto, além de ser claramente anacrônico, confere a retirada total de qualquer sentido divino da Teocracia. A ciência da religião, para poder estudar seu objeto perante a academia, foi obrigada a humanizar por completo o seu fenômeno. A Teocracia não é o governo de Deus, mas é apenas um governo que se baseia em princípios religiosos e que usa a religião como força de coesão social. Tendo tal fundamentação teórica, é possível cancelar as organizações de Estado antigas como variações desse sistema de governo civil. Podemos, por exemplo, classificar o Império Romano como uma Teocracia, porque foi um governo que, em sua mais profunda civilidade, era “a religião”.

No Império Romano, o Estado era deus, não havia qualquer separação entre a esfera de Estado e a esfera religiosa.¹³ Quando o Cristianismo assume o posto de religião do Império, essa posição não era mais verdadeira: o Estado era algo e Deus é outro algo. Na atualidade, temos uma concepção clara de que o Estado é diferente da Religião, mas nos tempos antigos isso não era plausível. Esse processo de continuidade e descontinuidade da ideia de secularização do Estado, podemos afirmar, começa com a adoção do Cristianismo como religião oficial do Império com Teodósio, mas atinge seu antagônico apogeu na Revolução Francesa. Não havia qualquer sentido em separar a política da religião na Antiguidade, por isso o paradigma das Ciências da Religião, tomado em sua literalidade, é inválido, ele desconsidera a ciência histórica, ele é anacrônico.

Assim mesmo, o momento da transição da separação entre o Estado e a religião, o momento exato da secularização, é indefinido, não temos uma linha mestra ou qualquer esquema que consiga captar quando e como isso se deu. O fato é que a ideia da Teocracia sempre esteve presente na história do ocidente e, após a fragmentação do Império Romano, com uma roupagem cristã. Muitos foram os debates e tratados que tentaram chegar a um consenso sobre a Teocracia e sua aplicabilidade.

1.4 PAIS DA IGREJA: AGOSTINHO, A CIDADE DE DEUS E POLÍTICA PAPAL

Tendo como baliza analítica a definição de teocracia como a da ciência da religião, podemos nos perguntar se podemos conceber uma Teocracia cristã. Historicamente, o termo teocracia foi usado, ao longo do *medievo*, para legitimar o governo papal sobre a esfera política: “a Roma papal [...] que com o tempo

¹² GRENZ, S. J.; OLSON, R. E. *A Teologia do século XX e os anos críticos do século XXI*. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.

¹³ LEITHART, P. J. *Em defesa de Constantino: o crepúsculo de um Império e a aurora da Cristandade*. 1. ed. Brasília: Monergismo, 2020.

levaria a algumas ambições teocráticas baseadas no princípio da plenitudo potestatis pontifícia”.¹⁴ Antes disso, porém, devemos considerar, historicamente, como esse governo político atravessa a história: de uma teocracia romana pagã para uma teocracia romana cristã. A transição nebulosa desses dois governos se passa bem na vida de um dos maiores pais da igreja: Agostinho.

Com a invasão e saque de Roma em 410 por Alarico, simbolicamente o Império Romano Ocidental havia sucumbido. Medida necessária à administração de um imenso território, o Império, na prática, não regulava totalmente as administrações locais e regionais. Porém, foi Diocleciano que levou essa medida à tona: para resolver o claro declínio e fragilidade de Roma no século III, o imperador dividiu o grande território em quatro partes. Assim iniciava o período em que Roma era governada por uma tetrarquia de imperadores. Apesar de não ter feito uma inovação prática, Diocleciano de fato conseguiu colocar Roma num caminho de reconstrução. A descentralização promovida possibilitou que quatro frentes militares conseguissem repelir as ameaças externas ao Império e ainda conferir novos territórios, como a Grã-Bretanha. De fato, na transição do século III para o IV, “o Império Romano estava em paz”.¹⁵

Com a morte de Diocleciano, contudo, a sucessão imperial voltou a desestabilizar o Império, apesar dos esforços do falecido imperador em ter deixado a sucessão “organizada”. Ao fim dos embates, nos importa que Constantino, filho de Constâncio (tetrarca escolhido por Diocleciano para Augusto Ocidental), se tornou Imperador. O cristianismo não era, como muitos pensam, religião majoritária do Império na época da ascensão de Constantino. De fato, os que professavam a fé e Jesus Cristo, estavam espalhados por toda parte do imenso território imperial. O cristianismo se originou no oriente, mas rapidamente se espalhou, talvez pela facilidade de locomoção dentro do Império, talvez pela constante movimentação de tropas militares, certamente pela divina atuação na conversão de pecadores. Contudo, para os cristãos houve uma mudança significativa sob o governo de Constantino: em 313, ainda antes de ser imperador sobre todo o Império, ele se reuniu com o Imperador do Oriente, Maxêncio, acertando a liberdade de culto aos cristãos em toda a extensão imperial.

De forma polêmica, Constantino não se batizou antes de estar no leito de morte, apesar de ter se posicionado abertamente como cristão, inclusive estando presente em vários Concílios.¹⁶ Não julgando sua doutrina e credo, o fato é que, em Constantino, o cristianismo deixou de ser uma religião de perseguidos, embora ainda não fosse a religião imperial. No campo político, Constantino repetiu o relativo sucesso que havia sido a estratégia de Diocleciano. A grande novidade em

¹⁴ MITRE FERNÁNDEZ, Emilio. Iglesia, salvación y teocracia romana en el Medievo: (Un apunte en torno al axioma *Extra Ecclesiam nulla salus*). *Revista de ciencias de las religiones*, v. 18, p. 152, 2013.

¹⁵ LEITHART. *Op. Cit.* p. 50.

¹⁶ *Op. Cit.* p. 130.

seu governo foi a criação de uma nova capital para o Império Ocidental: a velha Bizâncio se tornou Constantinopla. A cidade de Constantino foi construída como a Nova Roma: “Constantino fundou uma cidade explícita e completamente cristã em seu espaço cívico [...]”.¹⁷ Constantinopla foi criada para ser a Nova Roma, mas cristã.

Após Constantino, ficou evidente que a sobrevida do Império iniciada em Diocleciano iria chegar o fim rapidamente. Em 410, retornando da digressão, Roma foi saqueada pelos godos (no caso os ostrogodos, ou seja, “godos do leste ou do oriente”), fato que simbolizou a queda daquele Império. Havia um clima de tensão e desânimo sobre Roma: os aristocratas fugiram dos exércitos godos e foram para suas *villae* no interior. Roma ficara apenas com os pobres e desvalidos que não fugiram: a maioria era composta de cristãos. O embate entre os seguidores de Cristo e os pagãos se tornaram mais azedados após o saque de Alarico. Os pagãos estavam acusando o cristianismo de ser a razão da decadência de Roma, afinal, foi sob o comando de um imperador cristão que a cidade havia perecido.

Além disso, a doutrina cristã enfatizava a negação do mundo, o desapego com as coisas terrenas: o desinteresse pelo Estado seria algo lógico. Por fim, os pagãos alegaram que a paz dos homens, o destino do Império, sempre esteve ligado à paz dos deuses, sendo que o fim dos sacrifícios e a negação dos deuses do panteão romano causaram a desgraça de Roma.¹⁸ Esses argumentos todos foram levantados pelo pagão Volusiano, filho de família tradicional romana que havia fugido de Roma devido ao Saque de 410 e se estabelecido em Cartago,¹⁹ em uma carta dirigida ao cristão Marcelino. Este, que conhecia e era amigo de Agostinho, pediu ajuda ao presbítero de Hipona para refutar os argumentos pagãos. Agostinho então, partindo dessa provocação de Volusiano, redige a sua obra *A Cidade de Deus*, composta por 22 livros, analisando a trajetória de Roma e os verdadeiros motivos de sua ruína. Agostinho não se limita a narrar a história de Roma, mas ainda coloca as bases de um entendimento cristão da relação entre a transcendência divina e a imanente cidade terrena.

Agostinho é um autor singular, pois, ao invés de escrever uma obra exaltando os seus feitos, escreveu suas *Confissões*, relatando sua vida distante da santidade cristã. Dessa obra, e também de algumas outras, é que podemos conhecer um pouco mais da sua trajetória. Ele nasceu em uma cidade que hoje

¹⁷ *Op. Cit.* p. 130.

¹⁸ GILSON, Étienne. *A Metamorfose da Cidade de Deus*. 1. ed. São Paulo: Cultor de Livros, 2018. p. 35.

¹⁹ COELHO, Fabiano de S. *A Identidade Cristã e a estigmatização dos pagãos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. Disponível em: <<https://1library.org/document/ky6e207z-religiao-identidade-estigmatizacao-agostinho-pagaos-obra-civitate-dei.html>>. Acesso em 28 de junho de 2023. p. 81.

fica na Argélia, em novembro de 354. Seu pai era pagão, mas se converteu ao Cristianismo quando se aproximava do fim da vida. Sua mãe era cristã fervorosa e tinha grandes esperanças para seu filho. Ele teve uma educação em Cartago e, com a morte de seu pai, passou a dar aulas para ajudar a família. Deu aulas em sua cidade natal, em Cartago, em Roma e Milão. Ainda aos 17 anos tomou uma concubina, de cuja relação nasceu seu filho Adeodato, mas sua mãe o forçou a deixá-la.

Na medida em que estudava abraçou a fé dos maniqueus, mas uma crise fé, possivelmente associada à sua ida para Milão, o fez desacreditar dessa corrente cristã. Se dizendo Neoplatônico, Agostinho se converteu em Milão, no verão de 386. A partir daí, dedicou os anos seguintes ao estudo e aos diálogos filosóficos, que são conhecidos principalmente pelas suas relações com o Neoplatonismo. Em 391 volta para o norte africano, adotando uma vida monástica com certa dose de ascetismo. No final deste mesmo ano, em uma viagem para ver a mãe, Agostinho foi constrangido pelos cristãos de Hipona a aceitar a ordenação a presbítero, cargo que ocupou até a sua morte, em 430.²⁰

Pela cronologia biográfica, percebemos que Agostinho viveu exatamente no tempo de mudanças, no início da “era” dos imperadores cristãos. Constantino saiu de cena em 337, dando lugar aos seus filhos. Um pouco menos de um século após Constantino, Agostinho escreve *A Cidade de Deus*, respondendo acusações que pesavam sobre a mudança iniciada naquele primeiro imperador cristão. Agostinho escreve elogios na sua história de Roma os fundamentos dessa cidade: “Não é precisamente à sua frugalidade, à sua fortaleza e à castidade de seus costumes que a Roma antiga deveu seus triunfos?”. Porém, “não foi exatamente a decadência de seus costumes, tão frequentemente denunciada pelos historiadores e poetas, que ela própria datava a origem de sua decadência?”. Interessante ponto de Agostinho: ainda a Roma pagã era próspera pela Providência Divina. Porém, isso não prova que o mundo pode prosperar com a fé cristã. Agostinho distingue, então, duas categorias de virtude: as cívicas e as cristãs. As virtudes cívicas, se adotadas com zelo, glorificam a cidade terrena, mas as virtudes cristãs, se adotadas, glorificam a cidade “da qual a Verdade é a Rainha, a Caridade é a lei, cuja duração é a eternidade”.²¹ As causas da decadência do Império, na boca de seus próprios poetas e historiadores, eram bem anteriores ao crescimento do Cristianismo.

Agostinho faz uma distinção clara em sua argumentação: os deuses imanentes do paganismo romano e o Deus cristão que está sobre o mundo. A religião romana dependia do sacrifício, o alimento dos deuses, que, aos olhos mortais, eram humanos: brigavam, sentiam frio, eram seduzidos e imorais.

²⁰ CHADWICK, H. *The Early Church*. 2. ed. London: Penguin Books, 1993. p. 217-218.

²¹ AGOSTINHO *apud* GILSON, É. *A Metamorfose da Cidade de Deus*. 1. ed. São Paulo: Cultor de Livros, 2018. p. 39.

Ademais, o relato da Criação é claro em afirmar que o mundo foi criado por Deus e a joia da criação, o ser humano, foi projetado para o adorar e o glorificar. O homem foi pelo caminho da rebeldia, e foi uma péssima decisão, segundo Agostinho, pois aí havia uma inconsistência entre o que o homem faz e para que foi feito para fazer. O homem, pecando e se distanciando de Deus, trai a sua orientação fundamental: ele está em guerra contra si mesmo. Os homens vivem em uma rixa interna, por isso a instabilidade, a discussão, as injustiças. O homem não ama mais a Deus, mas a ele mesmo. Por isso o plano terreno é imanente, a realidade é histórica, apesar do Deus cristão ser transcendente.

Por causa da rixa interna e da idolatria de si mesmo do homem, a cidade terrena realiza o contrário do que pretende: ela se torna escrava de si mesma, de seu orgulho. Por isso as virtudes cívicas podem levar a um tempo de prosperidade, mas nunca a uma prosperidade eterna. Portanto, a história é, para Agostinho, algo terreno, imanente. A Cidade de Deus, diferente da terrena, é perfeita, eterna, lugar onde há justiça e paz. Para se formar um povo, segundo Agostinho, é necessário um conjunto de pessoas que amam as mesmas coisas. A Cidade de Deus é unida pelo amor a Deus e a cidade terrena é unida por aqueles que amam a si mesmos. O gênero humano, portanto, está dividido entre essas duas cidades, muito embora os cidadãos da Cidade de Deus vivam na cidade terrena. É como um exílio: o cidadão ama a Deus, mas está no meio que outros que amam a eles mesmos. O cidadão da Cidade de Deus é, por natureza, um peregrino que está sempre desviando dos vícios provocados pela rixa interna do homem.

A cidade terrena é aquela em que os homens vivem na sua eterna rixa. Portanto, a cidade não é algo natural, mas que surgiu pela rixa, pelo pecado. Caim é o sujeito que matou seu irmão e fundou a primeira cidade. A cidade se origina no assassinato. O homem, logo, não é naturalmente político, pois a cidade surgiu depois de sua criação e depois de seu pecado. A política nasceu do pecado, e ela tem a utilidade de refrear o pecado: ela executa a justiça baseada nas virtudes cívicas. A separação estabelecida por Agostinho é clara: Deus santo e o homem quebrado. A relação entre a Cidade de Deus e a cidade terrena é, portanto, ambivalente: elas existem simultaneamente no plano terreno, mas são contraditórias. A Cidade de Deus é a da eternidade e perfeição, presente no plano terreno naqueles que amam a Deus e lutam contra os vícios. A cidade terrena é a transitória, deficitária e instável: uma realidade histórica.

Agostinho, portanto, estabelece uma diferença brutal na realidade terrena. A religião pagã romana tinha como fundamento a ligação umbilical entre a paz dos deuses e a paz dos homens. O Cristianismo corta essa ligação sacralizada do Estado: não é ele a religião. A *Cidade de Deus* difere a cidade terrena e a Cidade Celeste: a terrena está ocupada por homens que vivem em sua rixa interna, que amam a si mesmos; a Celeste está na eternidade e é daqueles que amam a Deus. As virtudes cívicas podem propiciar prosperidade à cidade terrena, mas a rixa do

homem não permite a sua perenidade. A separação entre a religião e o Estado é estabelecida por Agostinho na mesma medida em que a Cidade de Deus está distante da cidade dos homens. O Império não é mais sacralizado, mas a cidade terrena é uma construção contraditória, realidade histórica.

Agostinho, por isso, historiciza a sociedade, corta, com a afiada argumentação, qualquer chance de uma Teocracia real e perfeita. Não pode haver um governo em que Deus dê diretamente as ordens e os homens executem, porque o relacionamento entre Deus e os homens está quebrado. Nos séculos posteriores a Agostinho, a igreja não se atentou para isso, mas se arvorou na missão de fazer a verdadeira Teocracia Cristã. Os cinco pilares que adornam a igreja, segundo os teóricos medievais são: a unidade, a santidade, a catolicidade, a apostolicidade e a romanidade. Como reformados, concordamos com as quatro primeiras, mas não com a última. A romanidade seria exatamente o poder conferido ao bispo de Roma em relação aos demais bispos. Através da sucessão petrina, em que os bispos de Roma são sucedidos ao apóstolo Pedro, o andaime político e jurídico para a Teocracia Cristã está montado.

A Roma, na Idade Média, foi perseguida em seus três momentos: comunal, pelas cidades comuniais italianas republicanas; imperial, pelos governantes carolíngios e do Sacro Império Romano-Germânico; papal, pelos bispos de Roma com ambições teocráticas. Roma, após a falência do Império, se consolidou como sede de poder político e jurídico através do vácuo do Império, logo após a invasão e saque da capital. O bispo se tornou um governador, que ficou responsável por suprir as necessidades de abastecimento, assistência social e médica. O bispo de Roma se tornou o salvador da cidade, da civilização de Roma. “Como doutrina segundo a qual a igreja ostenta soberania em assuntos temporais, a Teocracia se fundamenta em princípios teológicos e escriturísticos, mas toma corpo em contato com as realidades temporais e está salpicada, ao longo de sua trajetória, de muitos acidentes”.²²

2. ANÁLISE BÍBLICA E TEOLÓGICA DA TEOCRACIA

2.1 TEOLOGIA BÍBLICA: O RELATO DOS LIVROS HISTÓRICOS E A TEOCRACIA

Quando Josefo cunhou o termo motivo deste trabalho, vimos que ele se referia ao momento em que a autoridade e poder eram exercidas por Deus. O próprio autor, como já podemos ler acima, caracterizou o termo que criou como “forçado”. Quando lemos as páginas que narram a experiência dessa teocracia defendida por Josefo, percebemos que o nome e o significado não fazem jus ao que ocorreu em seus tempos, como ele mesmo deixa nas entrelinhas de sua escrita.

Quando os patriarcas foram para o Egito, Deus os abençoou e o povo cresceu exponencialmente naquele país. Apesar da evidente bênção de Deus

²² MITRE FERNÁNDEZ. *Op. Cit.* p. 154.

sobre o povo, Faraó tornou os hebreus seus escravos, porque não se lembrou do que José havia feito e como havia salvado o Egito de uma grande fome. Naquela terra que não era deles, o povo clamou ao Deus de Abraão, Isaque e Jacó para que os livrasse da escravidão, e ele ouviu. Deus levantou Moisés, seu servo, para conduzir o povo na saída deles do Egito. Deus governou toda a situação sendo incrivelmente favorável aos israelitas, sendo fiel à sua Aliança. Deus, de forma soberana e extraordinária, enviou as pragas ao Egito, e, em cada momento, regeu a história global e o coração de Faraó, para que a sua glória e poder pudessem ser vistas por Israel e pelo Egito.

Deus governou a história extraordinariamente nesses dias. Ele se revelava diretamente a Moisés, dando a ele o caminho que era da sua vontade. Deus abriu o mar para que o seu povo passasse e para que o exército de Faraó fosse ajuizado. Deus, então, guia o povo de dia, com uma nuvem que fazia sombra para que o povo não morresse de calor, e guia o povo de noite, com colunas de fogo para que o povo não morresse de frio. Deus “estacionou” o povo no pé do Monte Sinai para que ele entregasse as tábuas da Lei diretamente a Moisés. Ele entregou as tábuas a Moisés, mas, no momento da entrega, já avisou Moisés do grande pecado que o povo estava cometendo. É impressionante que, depois de tudo o que Deus tinha feito havia poucos dias e meses, os israelitas rapidamente tenham adorado a um pedaço de metal. Moisés intercedeu pelo povo e Deus o preservou.

Depois, Deus guiou o povo até Cades Barneia, e eles enviaram espías para que pudessem saber como era a terra e o povo que habitava nela. Josué e Calebe deram ouvidos à voz de Deus, dizendo que eles certamente conquistariam a terra porque Deus estava com eles, mas os outros dez espías disseram que eles não poderiam vencer aqueles que moravam na terra, porque eram mais fortes do que eles. O povo decidiu que não iria conquistar a terra. Deus, de forma categórica, ajuizou aquela geração incrédula e condenou a todos eles morrerem no deserto. Daí passaram 40 anos vagando no deserto. Deus orientou, com sua nuvem durante o dia e as colunas de fogo a noite, a trajetória errante daquele povo. Ele ajuizou aquela geração.

Depois da eliminação daqueles que tinham visto todas aquelas maravilhas de Deus e, mesmo assim, se mostrado incrédulos, Deus levantou Josué em substituição a Moisés para liderar aquela nova geração. Josué foi comissionado por Deus para liderar a conquista da Terra Prometida, a consumação da promessa da terra ao povo de Deus. Deus abriu o Rio Jordão para que o povo passasse em seco, mostrando mais uma vez aos israelitas que Ele é Senhor sobre toda a Criação. Josué, orientado por Deus, renova a Aliança com Deus, comemorando a Páscoa e fazendo a circuncisão daquela nova geração.

Deus move a guerra por Israel: Ele é o Senhor dos Exércitos. Deus deu a cidade de Jericó ao seu povo, salvando graciosamente a crente Raabe e toda a sua família e os integrando ao povo de Deus. Raabe é da linhagem da promessa, sendo

ancestral do Salvador. Os israelitas são derrotados em Ai por causa do pecado de um homem que tomou o despojo de Jericó, desobedecendo a ordem de Deus. Após a punição do pecado de Acã, o Senhor vence a batalha em Ai pelos israelitas e eles continuam em grande triunfo, vencendo grandes batalhas. Eles, além disso, fizeram aliança com os gibeonitas, povo da terra, claramente desobedecendo a ordem de Deus de não fazer alianças, mas eliminar os povos. Deus, mesmo assim, abençoou o povo e eles conquistaram a terra, faltando apenas expulsar os povos de determinadas localidades. Eles não o fizeram, pelo contrário, acabaram se misturando aos habitantes nativos, desobedecendo a ordem de Deus.

Após a morte de Josué, iniciou o período dos Juízes. Ao lermos as páginas desse livro, somos impactados com a grande capacidade dos israelitas de serem rebeldes e desobedecerem, em todas as áreas, a voz de Deus. Juízes já começa em seu primeiro capítulo ressaltando que os israelitas não expulsaram os povos canaanitas da terra, resultado em casamentos mistos, religiões pagãs e todo tipo de abominação que Deus havia proibido.

O livro é composto de uma triste e horrível estrutura padronizada: os filhos de Israel praticam o mau diante de Deus; os pecados acendem a ira de Deus e resultam nas maldições pactuais já estabelecidas, ou seja, a subjugação por uma nação estrangeira (os principais pecados eram a idolatria e o casamento interétnico); durante a opressão os israelitas clamavam ao Senhor; ele respondia enviando um libertador ou juiz; a libertação seguia de um período de paz em que, normalmente, o juiz governava.²³ Quando lemos as histórias de cada juiz, percebemos que a moralidade cada vez mais estava ausente, os juízes parecem estar cada vez mais longe da Palavra de Deus. Por mais que esse período demonstre a capacidade do homem de se distanciar de Deus, no entanto mostra também a fidelidade de Deus em cumprir sua Aliança, preservando o povo e a linhagem da promessa.

Nesses poucos parágrafos, temos um resumo do relato bíblico desde a saída do Egito até o final do período dos Juízes. O último juiz foi Samuel, que governou em Israel após Eli e ungiu Saul como rei de Israel, dando início ao período da monarquia unida. Esse período, narrado em poucos parágrafos, seria o período da Teocracia em Israel, ou seja, segundo o significado que apuramos em seção anterior deste trabalho, a forma de governo que foi vigente entre os hebreus antes do estabelecimento da monarquia unificada em que Deus era o supremo governante sobre o povo, exercendo sua autoridade por diversos meios, em especial por sua lei.

Nos termos do relato, desde Moisés até Samuel, podemos perceber que, cada vez mais que o tempo se passa, Deus fica mais distante do povo. Moisés conversava diretamente com Deus, podendo, neste caso, interpretarmos como

²³ DILLARD, Raymond; LONGMAN III, Tremper. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2006.

ordens vindas diretamente de Deus para governar o povo. Porém, mesmo quando Moisés liderava, podemos perceber algumas “máculas” desse governo: a ferida na rocha, o bezerro de ouro, a falta de fé dos expias, e muitas outras. Quando o líder era Josué, podemos perceber outras falhas, sendo a principal a não expulsão dos povos da terra. Deus havia dito em sua Aliança que eles não deveriam deixar ninguém, e muito menos se misturar com eles. Sob a liderança dos juízes, vemos que valia a máxima: “naqueles dias não havia rei sobre Israel, cada um fazia o que achava mais reto” (Jz 21.25).

A Teocracia, portanto, pode ser vista como um período peculiar da história do povo hebreu. Vemos que o início da Teocracia foi, aos olhos humanos, fantástico. Deus dava as ordens diretamente a Moisés, este executava as ordens para com o povo, que obedecia na grande maioria das vezes. Deus governou o povo plenamente na saída do Egito e na peregrinação pelo deserto. Ele guiou, literalmente, o povo com as nuvens pela noite e pelo dia. Ainda, ele dava o alimento e água diretamente ao povo de forma extraordinária. Mas o povo foi rebelde.

Na entrada da Terra Prometida, Moisés passou o bastão para Josué, que também foi um grande líder. Israel foi extremamente vitorioso sob o comando dele, fazendo o domínio de todos os territórios que Deus havia prometido a eles. Porém o povo foi rebelde. O governo político de Deus, ao que parece, foi ficando cada vez pior. Quando finaliza o livro de Josué, o povo tinha conquistado a terra, mas ainda faltava expulsar os povos pagãos dali. O povo não seguiu a ordem de Deus e o período dos Juízes evidencia que o governo político de Deus foi, aos olhos humanos e em termos de alcance de objetivos, um fracasso. Há uma profunda decadência ao final do período da Teocracia, pois o povo se afastou de sua Aliança com Deus.

2.2 TEOLOGIA FILOSÓFICA E SISTEMÁTICA: PROBLEMAS COM O CONCEITO DE TEOCRACIA

Não é preciso grande argumentação para verificar que o conceito de Teocracia, condensado na autoridade e o governo do próprio Deus sobre o povo judeu, sem autoridades ou instituições “humanas” como monarquia, república ou aristocracia, admite sérios argumentos contrários aos atributos divinos. Observando o resultado da Teocracia no relato bíblico, admitindo que a Teocracia foi real assim como sua definição nos dicionários, questões podem ser suscitadas. Sendo Deus soberano e perfeito, como pode um governo em que Ele mesmo é o governador e regente político, levar o povo a uma vida tão longe Dele e tão ímpia? Deus, sendo governador político do Israel Antigo, falhou em fazer seus planos para a nação serem executados perfeitamente? Deus seria frouxo em seu governo político? Se Deus governava a nação sem a interferência de autoridades e/ou

instituições, como então esse governo pode alcançar tamanha miséria entre as tribos?

Como crentes em Deus e em suas Escrituras, não concordamos com tais questões. O problema da Teocracia não está em Deus, mas em outro lugar. Josefo, quando cunhou o termo, estava defendendo os judeus das acusações diversas de Apião, que buscava prejudicar a imagem desse povo diante do Império Romano. Josefo, então, faz uma longa justificativa, levantando provas, da antiguidade do povo de Deus e como eles não eram dignos de tal acusação. Por isso, quando apresenta a história do povo judeu, sempre há um cunho de defesa nacional, de um orgulho patriótico para defender o seu povo frente às acusações de um pagão.

Tal contexto pode ser a origem de sua forma de narrar a história de Israel sem criticar qualquer aspecto. O interessante é que, mesmo admitindo que a Bíblia Hebraica seria apenas um registro de uma história nacional ou um compilado de leis de um povo, como fazem os liberais, eles são obrigados a admitir que Ela não é parcial, ou seja, ela não conta a história de um ponto de vista a exaltar determinado grupo social ou um povo. Muito pelo contrário, o Antigo Testamento está repleto de passagens que mostram a miséria de Israel, exibem, de forma espantosa, o quanto aquele povo era de dura cerviz, traidor, rebelde, mesquinho e orgulhoso. É profundamente irônico que, se Apião tivesse um mínimo de conhecimento dos livros do Antigo Testamento, ele já poderia refutar o teor de grandeza conferido por Josefo ao povo judeu.

A Bíblia, sim, exalta a Deus, mas não em benefício a um povo visível, mas a um remanescente, a alguns poucos fiéis a este grande Deus. Deus, sim, é imutável, é moralmente perfeito e governa sobre cada centímetro da história. O seu governo é “a continua atividade de Deus pela qual Ele rege todas as coisas teleologicamente a fim de garantir a realização do propósito divino”.²⁴ Ou seja, o governo de Deus não é algo excepcional na história humana ou na história de Israel, mas é algo que abrange todas as formas de vida. Não há qualquer tipo de limitação do governo de Deus. Vemos que ele governa sobre os corpos, na medida em que conferiu, através de sua criação e providência, as suas dimensões e as leis da física para reger suas relações. Vemos que Deus governa a mente das pessoas “mediatamente, por meio das propriedades e leis da mente, e imediatamente, pela direta operação do Espírito Santo”.²⁵

Não há qualquer esfera do mundo em que Deus não esteja governando, em todas as eras. A Bíblia é categórica em afirmar o governo de Deus sobre todas as coisas (Sl 22.28-29; 103.17-19; Dn 4.34-35; 1Tm 6.15 e tantos outros). Compreendendo o governo de Deus se forma bíblica, não faz sentido dizer que há um momento especial da história de Israel em que o próprio Deus governava sobre o povo judeu, sem autoridades ou instituições “humanas” como monarquia,

²⁴ BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. 4 ed. p. 473.

²⁵ *Ibidem*, p. 474.

república ou aristocracia, porque Deus está governando cada centímetro da história humana, sendo em monarquia, república ou aristocracia. A definição de Teocracia, como se apresenta para nós nos dicionários teológicos, não faz sentido algum tendo em vista o governo de Deus sobre a história humana.

2.3 TEOCRACIA: UM PROBLEMA CONCEITUAL

O relato bíblico do período que compreende a Teocracia não é feliz. A nação de Israel decaiu de forma vertiginosa em seus pecados e na mistura com os povos que estavam em seu redor e no meio deles, já que eles não os expulsaram. Em termos de revelação divina, também notamos que Deus se revela diretamente a Moisés e ao povo no início da Teocracia, mas vai diminuindo a sua revelação até o final de Juízes. Deus se revelava, mas não extraordinariamente com tanta frequência como na saída do Egito e no deserto.

Filosoficamente, somos obrigados a admitir, se realmente o conceito de Teocracia está correto, que Deus falhou em seu governo político, ou o povo resistiu aos decretos de Deus, ou Deus não foi capaz de executar seu governo de forma plena. Observando o todo das Escrituras, sem elucubrações humanas externas, verificamos que Deus governa sobre todas as coisas. A Teologia Sistemática é clara em formular o governo de Deus sobre todas as coisas, afirmando com base em muitos textos das Escrituras.

Com base nessas três vertentes, o andaime teórico da Teocracia vem abaixo. Afirmar que a Teocracia é a “forma de governo em que Deus diretamente dá as ordens” ou “a forma de governo entre os primeiros israelitas em que Deus era seu governante supremo e suas leis eram as leis deles” não faz qualquer sentido diante do relato bíblico, da argumentação filosófica e da Teologia Sistemática.

Quando assumimos o conceito de Teocracia, estamos sujeitos aos questionamentos levantados, da suposta ineficiência de Deus em governar. A Teocracia não acrescenta nada na discussão teológica, mas traz questionamentos e possibilidades de enfrentamento desnecessários. Pelo contrário, a única forma de a Teocracia fazer sentido é sob o paradigma literalista das Ciências da Religião.

CONCLUSÃO: O QUE A BÍBLIA DIZ?

O termo Teocracia, como explicado mais acima, vem da junção das palavras gregas θεός (Deus) e κρατία (poder), resultando em “governo de Deus”. Josefo, ao criar o termo, possivelmente estava querendo exaltar os judeus e esses tempos para mostrar a Apíão como eles eram superiores (ou como não deveriam ser alvo de perseguição). A palavra não é bíblica, ou seja, a Bíblia nunca disse que aquilo foi uma Teocracia. Josefo não havia entendido muito bem (ou não conseguiu expressar) que Deus é governador da história, ou seja, ele não só governa no período da Teocracia, mas em todos os momentos, sobre cada

centímetro da história. Deus estava no governo na época dos patriarcas, na escravidão no Egito, na Teocracia, na Monarquia Unida, na Monarquia Dividida, no Exílio, no Retorno, no período intertestamentário, no Império Romano e hoje! A questão mais nebulosa sobre a Teocracia, e como Deus se relaciona com o poder humano, ou, nas palavras de Agostinho, como a Cidade de Deus se relaciona com a Cidade dos Homens?

Agostinho, em minha avaliação, já mencionou muitos pontos importantíssimos de uma Teologia Bíblica sobre essa relação. O patriarca da igreja tinha uma visão muito clara acerca da estrutura criação-queda-redenção presente em toda Escritura e aplicou essa teologia ao seu conturbado tempo político. O ser humano está quebrado após a Queda, a imagem de Deus nele foi ofuscada pelo pecado. Dessa forma, o homem não busca mais a glória de Deus, mas a glória dele mesmo. Ele não busca a felicidade em Deus, mas nele mesmo. O pecado quebrou a realidade perfeita da criação de Deus, sendo que cada centímetro dela foi afetada por isso.

Dessa forma, o relacionamento entre a vontade do homem e a vontade de Deus é de inimizade, por causa do pecado. Porém, Deus governa de forma santa e sábia para que todas as coisas caminhem para o seu propósito eterno. Assim é na política: Deus manda governantes bons e maus. Os bons são a bênção de Deus sobre o povo, quando este anda corretamente e segue a sua Aliança. Os maus “foram suscitados por ele para punir-se a iniquidade do povo”.²⁶ O conceito de Teocracia é simplesmente equivocado segundo a Bíblia. Agostinho foi ao ponto quando escreveu *A Cidade de Deus*: o homem caído não pode executar a ordem de Deus perfeitamente. Os homens estão correndo atrás de sua própria glória, enquanto o crente corre à cruz de Cristo. Estamos, logo, vivendo sob o governo de Deus, na certeza da sua bênção sob aqueles que são fiéis.

ABSTRACT: Studying the Old Testament and the history of Israel, we come across the theme of Theocracy. This form of government would have been in force during the years preceding the united monarchy and would have been characterized by God's direct rule over his people. All government orders would be given by God and applied to the people governed by Him. This concept seems distant from the biblical text. When we read the books of Joshua and Judges, which would have been, in theory, the times of the Theocracy, we see a confused, disoriented, and lawless people. God's direct rule over the people, in the definition of the term Theocracy, appears to have been, at least, “floppy”. The formulations that theologians made regarding this first-century Jewish interpretation seem to have disregarded relevant biblical and theological aspects. We cannot, as Christians, affirm that God is not in control of history in every smallest detail (Mt 10:29; Pv 19:21). When Josephus wanted to explain to Apian what the government of Israel

²⁶ CALVINO, João. *Instituição da Religião Cristã*. Tomo II. Livro IV. São Paulo: UNESP, 2007. p. 475

would be like in the time of the desert and the judges, he was not faced with such complexity, but just a simple way of explaining to a pagan what the civil government was like in those times. The development of Theology and the indiscriminate and inadvertent use of the term seem to give an allegorical, fanciful, and anachronistic definition. This article aims to present discussions about Theocracy, its definitions, its uses, and a biblical-theological analysis of its meaning, using the historical-grammatical method.

KEYWORDS: Theocracy; Government; History of Israel.